



Análise Geral sobre a Migração Internacional: SOPEMI 2010

Sumário em Português

- A migração internacional continua a ser uma prioridade na agenda política dos países membros da OCDE, apesar de existir uma procura laboral mais reduzida no contexto da recessão económica. Esta publicação anual analisa os desenvolvimentos recentes em termos de movimentos migratórios e políticas nos países da OCDE. Observa a contribuição da imigração para as alterações da população activa na década passada e o papel dos influxos de imigração aos níveis estimados como força motriz do aumento da população activa na próxima década. Foca igualmente os estudantes internacionais, incluindo uma primeira tentativa de cálculo da taxa de estudantes que permanece nos países de acolhimento após estes terminarem os seus estudos.
- Esta publicação explora igualmente as principais alterações introduzidas nas políticas sobre imigração, incluindo novas leis que regem a entrada de imigrantes, a sua permanência e o acesso ao mercado de trabalho. É igualmente descrito o recrutamento selectivo de imigrantes de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, bem como as medidas que facilitam a integração de imigrantes. É analisada em detalhe a cooperação internacional para melhorar o controlo das fronteiras e para combater a imigração ilegal.
- É examinado o impacto da crise económica nos resultados do mercado de trabalho de imigrantes, tendo em consideração o género, sectores de emprego e vários tipos de contrato, bem como as dinâmicas demográficas das populações nativas e estrangeiras durante o período analisado.

A Edição de 2010 de Análise Geral sobre a Migração Internacional apresenta uma ligeira redução nos fluxos de imigração para a OCDE...

A imigração legal de tipo permanente de estrangeiros (cerca de 4.4 milhões) baixou 6% em 2008, este é o primeiro decréscimo após cinco anos com um aumento médio de 11%. No entanto, esta redução deveu-se sobretudo a decréscimos apenas nalguns países e reflectiu igualmente os especialmente elevados fluxos de 2007. Contudo, o decréscimo de fluxos continuou em 2009, com a imigração a baixar na maioria dos países da OCDE como resultado da crise económica.

...especialmente na imigração de livre circulação e migração familiar.

Em 2008, a migração dentro das zonas de livre circulação representou cerca de 25% do total da migração na OCDE e 44% na Europa. Na Noruega, Suíça, Áustria e Dinamarca esta migração representa bem mais de metade do total de migração. Em 2008, em termos dos países europeus, Portugal, Espanha, Reino Unido e Itália, todos estes países parecem ser importantes países de imigração laboral, com 20-30% de imigrantes de tipo permanente que chegam por motivos relacionados com trabalho. Nos outros países, excepto no Japão e na Coreia, a imigração familiar continua a prevalecer entre os influxos de imigrantes de tipo permanente. A imigração familiar continua a prevalecer nos Estados Unidos (65%), França e Suécia.

Imigração temporária permanece importante, embora afectada pela recessão económica...

Desde meados dos anos 2000, a imigração temporária tinha vindo a aumentar, no entanto começou a baixar em 2008, embora este decréscimo fosse mais patente nos programas de imigração de trabalho temporário. Em 2008, mais de 2.3 milhões de trabalhadores temporários imigrantes chegaram aos países OCDE, um decréscimo de 4% após quatro anos de crescimento estável, e todos os sinais apontam para um decréscimo suplementar em 2009. O trabalho sazonal, programas de trabalho de férias e transferência intra-empresas, todos estes tipos de imigração assistiram a um aumento em 2008, enquanto que outras categorias – principalmente a imigração laboral por um período fixo – decresceram. A imigração de trabalho temporário foi igualmente um dos primeiros canais de imigração a ser afectado pela recessão económica.

...enquanto que o número de requerentes de asilo continua a aumentar.

Os pedidos de asilo nos países da OCDE tem vindo a aumentar novamente desde 2006. Em 2008, os Estados Unidos eram o país que mais acolhia com 39.400, sendo que a França, Canadá, Reino Unido e Itália, todos com mais de 30.000. Em termos per capita, a Noruega, Suécia e Suíça são os principais países de acolhimento. O Iraque, Sérvia e Afeganistão são os principais países de origem.

Os crescentes fluxos de estudantes internacionais levam a que alguns fiquem permanentemente.

Em geral, o número de estudantes internacionais mais que duplicou entre 2000 e 2007, para mais de 2 milhões; os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e Austrália são os principais países de destino. Os aumentos percentuais mais intensos tiveram lugar na Nova Zelândia e na Coreia, seguidos pelos Países Baixos, Grécia, Espanha, Itália e Irlanda. Os estudantes internacionais constituem uma fonte potencial de trabalhadores imigrantes altamente qualificados para os países da OCDE, e a Análise Geral sobre a Migração Internacional 2010 da OCDE fornece uma primeira tentativa de análise das taxas de permanência – alterações de estatuto para os que não renovam as suas autorizações de estudantes. Utilizando este método, as taxas de permanência estimadas variam entre 15 e 35%, com uma média de 21%.

A China representa 10% dos fluxos e a Polónia, Índia e o México menos de metade desta percentagem.

Em 2008, os principais 20 países de origem, em termos de influxo, representaram mais de metade de todos os influxos, com a China, Polónia, Índia e México no topo da lista. Em comparação com os fluxos registados em finais da década de 1990, os maiores aumentos provinham da Colômbia, China, Roménia e Marrocos. Desde o ano 2000, no entanto, os fluxos têm vindo a decrescer relativamente às Filipinas e Federação Russa. Em 2008, os fluxos de pólos para outros países europeus permaneceram elevados.

Nos últimos anos, grande parte do aumento da população – e uma parte substancial dos que entraram na população em idade activa – em muitos países da OCDE deveu-se à migração internacional.

Se as taxas de imigração se mantiverem, em grande parte, nos seus níveis actuais, a população em idade activa nos países da OCDE irá aumentar em 1.9% entre 2010 e 2020, em comparação com o aumento de 8.6% registado entre 2000 e 2010. Entre 2003 e 2007, 59% do aumento da população deveu-se à imigração. Os imigrantes representam até um terço das novas entradas na população em idade activa, embora a chegada de crianças e imigrantes mais velhos reduza esta contribuição. O aumento natural foi o principal motor do crescimento da população apenas em França, Estados Unidos e Nova Zelândia. Para um certo número de países – no Sul da Europa, Áustria e República Checa – cerca de 90% do crescimento populacional deveu-se à imigração.

No entanto, a maior parte do aumento no emprego deveu-se mais ao aumento das taxas de emprego dos residentes do que à migração internacional.

Em geral, 51% do crescimento do emprego provém de aumentos nas taxas de emprego dos residentes e 39% provém da migração internacional, com amplas variações entre os países da OCDE. Muitos dos países que registaram um crescimento do emprego, principalmente através de uma maior mobilização da força de trabalho residente, foram os que registaram taxas de emprego relativamente altas – acima de 75% – como a Dinamarca, Suíça e Suécia. Pelo contrário, com a excepção do Reino Unido, os países onde o crescimento do emprego proveio em grande parte de fontes externas registaram taxas de emprego abaixo da média da OCDE.

O relatório deste ano fornece uma resenha sobre os desenvolvimentos estruturais e institucionais nas políticas de imigração...

O enfoque nos imigrantes altamente qualificados, incluindo a utilização de sistemas baseados em pontos (como na Dinamarca, Reino Unido e Países Baixos) continuou, bem como a alteração nos sistemas conduzidos pela oferta para um favorecimento de candidatos com ofertas de trabalho em programas permanentes (Austrália e Canadá). Enquanto que um país (Suécia) abriu a imigração a imigrantes de todos os níveis de qualificação, nos restantes países a única abertura para a imigração menos qualificada estava a ser transformada em programas de trabalho sazonal para favorecer o recurso a esta forma de imigração temporária (Austrália e Polónia).

... incluindo as políticas de integração e naturalização.

As alterações nas políticas de reunificação familiar têm tendido a impor critérios restritivos, como requisitos de residência e rendimentos. A utilização de testes de língua ou de formação cívica como uma condição prévia para a reunificação familiar e para a naturalização continua a expandir-se.

Algumas alterações podem estar especificamente relacionadas com a crise financeira.

Em 2008-2009, algumas iniciativas de políticas de imigração tinham como objectivo lidar com os desafios colocados pela recessão económica. Nalguns países da OCDE, os canais de imigração laboral foram examinados de perto e os critérios de admissão foram refinados. Foram adoptadas disposições para que os imigrantes desempregados não pudessem renovar as autorizações temporárias (Espanha e Irlanda) e foi fornecida ajuda para o seu regresso (Espanha, Japão e República Checa). Algumas quotas foram reduzidas (Itália, Coreia, Espanha e Austrália).

O relatório observa o impacto desproporcional da crise económica no emprego de imigrantes na OCDE.

O aumento do desemprego entre 2008 e 2009 foi mais elevado entre os trabalhadores nascidos no estrangeiro que entre os nascidos no país em quase todos os países da OCDE. Da mesma forma, na maioria dos países da OCDE, as taxas de emprego baixaram ainda mais para os nascidos no estrangeiro do que para os nascidos no país, embora em vários países o impacto tenha contrabalançado aumentando as taxas de participação dos imigrantes. Enquanto que o emprego total dos que nasceram no país diminuiu em quase todos os países da OCDE durante a recessão, alguns países registaram aumentos significativos no emprego total dos nascidos no estrangeiro. Ainda assim, o aumento no emprego não se manteve a par com o aumento do tamanho da força de trabalho dos nascidos no estrangeiro devido aos influxos contínuos.

Os jovens imigrantes são especialmente afectados...

Na maioria dos países da OCDE, os jovens nascidos no estrangeiro sofreram decréscimos mais consideráveis a nível de emprego do que os jovens nascidos no país. Enquanto que o decréscimo geral de emprego dos jovens (15-24) era de 7% no ano a seguir ao segundo trimestre de 2008, o decréscimo foi o dobro deste nível para os jovens imigrantes. Além disso, o desemprego era já elevado entre os jovens imigrantes e em 2009 manteve-se a 15% nos Estados Unidos, 20% no Canadá e 24% na UE-15. Baixas taxas de emprego são preocupantes já que a célere integração dos jovens e imigrantes recentemente chegados ao mercado de trabalho foi identificada como um dos determinantes-chave para a sua integração a longo prazo. Uma recessão traz o risco de “efeitos cicatrizantes”, uma vez que os imigrantes que não conseguiram encontrar emprego rapidamente após a sua chegada podem ser estigmatizados no mercado de trabalho. Língua, formação, tutoria e aprendizagens parecem ser respostas políticas especialmente importantes a reforçar durante uma recessão.

...embora as imigrantes se tenham vindo a sair melhor que os imigrantes.

As mulheres nascidas no estrangeiro têm sido menos afectadas pela crise que os homens, uma vez que estes últimos se encontram concentrados em sectores que mais sofreram (construção, transformação, finanças). Em todos os países, excepto a Bélgica e a Hungria, a taxa de desemprego das mulheres nascidas no estrangeiro aumentou menos de que a dos seus homólogos masculinos. Nalguns países, as mulheres nascidas no estrangeiro aumentaram a sua taxa de participação, como normalmente acontece para compensar a perda de rendimentos por parte dos membros masculinos nas respectivas famílias.

Os factores que podem tornar os imigrantes vulneráveis à perda de trabalho também fazem com que seja mais difícil que as políticas de mercado de trabalho activo os abranjam.

O relatório examina os determinantes dos resultados recentes do mercado de trabalho dos imigrantes. Tendem a estar sobre-representados em sectores sensíveis às flutuações económicas, geralmente têm acordos contratuais menos seguros e são na maioria trabalhos temporários, têm menos estabilidade no emprego e podem estar sujeitos a layoffs selectivos. Os imigrantes podem ser excluídos de facto de algumas medidas em que a elegibilidade está explícita

ou implicitamente associada à duração da estadia no país ou ao estatuto administrativo, como esquemas de emprego no sector público, ou os que requerem um mínimo de estabilidade ou contratos permanentes. O relatório identifica algumas áreas onde a política pode ajudar a reduzir os efeitos negativos de longo prazo no emprego de imigrantes.

Dois capítulos especiais que tratam questões temáticas...

Duas questões particularmente salientes abrangidas em capítulos especiais. O primeiro examina como é formada a opinião pública no que respeita à imigração. O segundo, examina os determinantes e o impacto do mercado de trabalho da naturalização.

...o primeiro trata a questão da opinião pública e imigração...

Este capítulo analisa alguns inquéritos de opinião na última década e apresenta novas conclusões empíricas sobre a formação da opinião pública sobre a imigração. É avaliado o papel das características individuais tanto na formação das opiniões como nas consequências económicas e culturais da imigração e na formação de preferências sobre políticas de imigração. Um dos principais pontos que emerge da análise é que as crenças sobre o impacto económico e cultural da imigração influenciam significativamente as atitudes individuais relativamente à abertura das fronteiras aos imigrantes. O debate público sobre as questões de imigração e políticas de imigração continua a ser amplamente determinado pela forma como estas questões são apresentadas pelos meios de comunicação social e pelos efeitos de um certo número de crenças colectivas. É provável que determinadas partes da população adotem posições diferentes no que respeita à imigração, não apenas devido aos seus efeitos distributivos, mas igualmente consoante valorizam a diversidade cultural, entre outras coisas. Assim sendo, o que é importante não é tanto procurar consenso na opinião pública sobre questões de imigração mas sim limitar o efeito das crenças populares e concepções erradas. Neste contexto, as reformas das políticas de imigração necessitam valorizar o conhecimento público e a compreensão do impacto económico, social e cultural na imigração. Para se alcançar este objectivo é necessária uma maior transparência sobre a escala de migração internacional, melhor acesso à informação e estatísticas comparáveis de migração internacional. As discussões regulares e abertas com grupos de interesse deveriam basear-se em conclusões de investigação relevantes. O conhecimento público poderia igualmente ser melhorado através de uma cobertura objectiva e mais ampla das questões sobre imigração por parte dos meios de comunicação social.

...e o segundo analisa o impacto da naturalização na integração do mercado de trabalho

A posse da nacionalidade varia muito entre os imigrantes nos países da OCDE. Em países que foram estabelecidos pela imigração, virtualmente todos os imigrantes adquirem a nacionalidade num espaço de dez anos após a sua chegada. Nos países europeus da OCDE, a quota de imigrantes residentes de longo prazo que se naturalizaram aumentou na última década. As taxas de naturalização de imigrantes diferem entre os grupos de imigrantes. Em quase todos os países, a posse da nacionalidade tende a ser mais elevada entre os imigrantes de países de baixo rendimento que entre os imigrantes vindos de países da OCDE com elevado rendimento. Da mesma forma, é mais provável que os imigrantes tenham a nacionalidade do país de acolhimento que os homens, pois são imigrantes com ensino superior. Os imigrantes que se naturalizaram tendem a ter melhores resultados no mercado de trabalho. Isto é particularmente verdadeiro no caso de imigrantes de países de mais baixo rendimento e para as imigrantes do sexo feminino. Os imigrantes que já se naturalizaram tendem a ter melhores resultados no mercado de trabalho antes da naturalização, mas existe uma melhoria adicional a seguir à naturalização que sugere que tal encerra, em si mesmo, um impacto positivo nos resultados dos imigrantes no mercado de trabalho. Esta melhoria nos resultados pode dever-se ao facto de existirem menores obstáculos ao mercado de trabalho, maior mobilidade e menos discriminação. A naturalização parece afectar especialmente o acesso dos imigrantes a empregos mais bem pagos e ao emprego no sector público. Entre as lições a retirar deste capítulo, está a que diminuir os obstáculos – como limites à dupla nacionalidade e critérios de elegibilidade extremamente restritivos – ajudaria a melhorar os resultados dos imigrantes no mercado de trabalho em geral. Os que já são elegíveis deveriam ser incentivados a ter a nacionalidade do país de acolhimento.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

